

“Big Brother”: um programa que mapeou a informação televisiva

Felisbela Lopes¹

Poder-se-á dizer que há uma informação televisiva “pré” e “pós” “Big Brother”? Detendo-nos nos programas de informação não-diária dos canais generalistas portugueses, procuraremos perceber de que forma o horário nobre, nomeadamente dos canais privados, se esvaziou desse tipo de programação. Esta é uma pequena parte de uma investigação que estamos a desenvolver no projecto de doutoramento e, por outro lado, integra-se num trabalho do grupo Mediáscópio que recentemente analisou casos que, no início deste século, alteraram o modo de encarar/fazer jornalismo. Tendo aqui como referência os anos de 1999 (altura em que ainda não estavam no ar as chamadas “novelas da vida real”) e de 2003 (ano após o qual todos os canais generalistas já tinham emitido esse tipo de programas), procederemos a uma análise da informação não-diária no segmento do “prime time”, salientando as tendências do jornalismo televisivo que, nos últimos anos, se vem desenhando no pequeno ecrã.

1 – Da “pós-neotelevisão”

Ainda que sucinto e com algumas fragilidades, o texto que Umberto Eco escreveu em 1983 constitui-se como uma referência para vários investigadores. Intitulado “*A transparência perdida*”, o artigo assinala dois períodos distintos no audiovisual: a “*paleotelevisão*”, a do tempo do monopólio; e a “*neotelevisão*”, a da era da desregulamentação. Esta designação é retomada por vários teóricos, principalmente em Itália com os trabalhos de Francesco Casetti e Roger Odin² (1990), de Sandra Cavicchioli e Isabella Pezzini (1993) ou de Maria Pia Pozzato (1995). Recentemente, Eliseo Veron (2001) veio acrescentar uma nova fase à dupla periodização proposta por Umberto Eco, dando outra leitura aos conceitos apresentados. Apesar de não manifestar um desacordo relativamente à

designação de “*paleotelevisão*” e de “*neotelevisão*”, Veron revela alguma cautela no que diz respeito às características que quer Eco quer Casetti e Odin lhes atribuem. Na sua perspectiva, a televisão generalista foi, desde sempre, construída a partir do “*contacto*” que se dá através da relação do olhar, recusando, por isso, as visões de Eco que vê aí a singularidade da “*neo-TV*” e as de Casetti e Odin que associam à “*paleo-TV*” certos “*contratos de comunicação*”. Para Eliseo Veron, o que permite diferenciar as etapas da televisão generalista “*são os interpretantes que caracterizam os contratos de comunicação e não o laço estrutural que passa sempre pelo contacto indicial*”. Assim, na fase inicial, o interpretante fundamental era fornecido por um “*contexto socio-institucional extra-televisivo*” (o Estado-Nação), sendo o contrato de comunicação consubstanciado não pela transparência, mas através da metáfora da “*janela*”. Ao interpretante-nação correspondia, ao nível da recepção, um interpretante-cidadão que absorvia o que lhe era proposto pela grelha televisiva, construída segundo uma lógica que escapava ao próprio *medium*. Na segunda fase, a televisão afasta-se do plano político, tornando-se, ela própria, a “*instituição-interpretante*”, resultando daqui a visibilidade crescente das estratégias enunciativas, a multiplicação de “*talk-shows*” ou o encurtamento dos programas. A passagem do século trouxe, na opinião de Eliseo Veron, um novo modo de encarar a enunciação televisiva. Aqui, “*o interpretante dominante consiste numa configuração complexa de colectivos definidos como exteriores à instituição televisão, atribuídos ao mundo não-mediatizado do destinatário*”, representando os novos “*reality-shows*” (tipo “*Big Brother*”) programas de base deste novo contexto de mudança de paradigma. Pela primeira vez na sua história, a TV integraria no ecrã o processo de mediatização do qual ela é a fonte e o

principal actor, concedendo à realidade extra-mediática quotidiana, na qual se movimentam os receptores, um espaço estratégico tão importante como aquele que se encontra dentro do pequeno ecrã. Nas palavras de Eliseo Veron, este tipo de programa “*coloca em cena uma semiótica do laço social quotidiano extra-mediático*”, através do qual se completa aquilo que o programador planeou. Nesta fase, a programação fica em aberto, dando-se aos receptores o poder de decidirem o desfecho dos programas. Veron pensa que esta será a última etapa da TV generalista.

Outro dos investigadores que tem vindo a reunir elementos pertinentes para o estudo da evolução da comunicação televisiva é François Jost. Elegendo a imagem como vector estruturante das suas análises, o académico francês assinala a passagem daquilo a que chama “*imagem espírito*” que caracterizaria a TV dos anos 50 para a “*imagem corpo*” intrínseca aos programas da actualidade, misturando-se essa mudança com outras de idêntica natureza: “*a câmara já não é um pássaro que desliza na superfície do mundo, mas um peixe que emerge no meio daqueles de quem capta a vida*”³. Faltará aqui a referência a uma terceira etapa, apenas aludida na conclusão do livro *La Télévision du Quotidien*, quando se enfatiza a actual necessidade (de quem produz e de quem vê televisão) de “*tocar o vivido*”. Para Jost, é aí que a imagem “*encontra o seu pleno valor de índice*”. No ano seguinte, no livro dedicado ao “*Loft Story*”, há outro espaço para falar no novo patamar da comunicação televisiva: aquela que é inaugurada por programas que misturam imagens reais e fictícias, que apagam as últimas fronteiras (ainda) existentes: aquelas que separam os programas da publicidade. Percorrendo caminhos diferentes de Eliseo Veron, François Jost também vê no surgimento dos chamados “*programas da vida real*” a emergência de uma nova fase da televisão. A eles dedica um livro que intitula *L’Empire du Loft*, escrevendo aí que esse tipo de emissão “*aparece na convergência de três modos: o da autenticidade, aberto pelos reality-show; o ficcional das sitcoms; e o do lúdico*”⁴. Detendo-se no “*Loft Story*”, o formato mais conhecido como “*Big Brother*”, o investiga-

dor toma-o como paradigma da transformação gradual de esquemas existentes, como uma espécie de montra de programas diversos que fizeram sucesso nos últimos anos. Afirmando que “*o programa é ele próprio a publicidade*”, Jost vê nos novos códigos estruturantes desse formato o esbatimento da fronteira que separava o campo publicitário dos programas televisivos. A sua posição marcadamente semiótica é, no entanto, influenciada pelas apreciações mais de natureza sociológica e cognitiva de Serge Tisseron que, no ano anterior, havia publicado *L’Intimité Surexposée*. Nesse livro, o psicanalista assinala a passagem para um novo período da história da intimidade. Para trás ficavam duas etapas distintas. A primeira onde “*a individualidade e a interioridade apareceram como um luxo dos privilegiados enquanto a maioria tinha de seguir a exigência do grupo*” e uma segunda onde se “*exaltou a individualidade de um grande número de pessoas*”⁵. Actualmente, a intimidade situar-se-ia onde cada um quer que ela esteja. Poucos meses antes da publicação desse livro, a investigadora Dominique Mehl reafirmara-nos exactamente isso numa entrevista que publicámos na revista “*Jornalistas e Jornalismo*”. Confrontada com o que entende hoje por vida privada, a investigadora francesa afirmava o seguinte: “*Cada um deve definir o que reserva para si próprio, o que guarda no espaço privado e o que mostra aos outros através do debate público*”. Seria este um outro modo de vivermos o dia-a-dia, mas esta alteração comportamental tem também profundas influências no modo como a televisão organiza a sua comunicação, certamente porque também houve a tal mudança de “interpretante” de que nos fala Veron, adquirindo o quotidiano extra-mediático uma força que não tinha num passado recente. Se numa primeira época o Estado criava através do pequeno ecrã uma janela por onde pretendia fazer olhar os telespectadores; se num segundo momento a televisão reorganizava a realidade com códigos que eram os seus, fazendo a audiência acreditar estar ali um espelho daquilo que era; actualmente são os próprios telespectadores que levam para dentro do ecrã aquilo que são e como a sua identidade é uma construção cada vez mais instável a

televisão deixa de controlar a sua própria enunciação.

Na verdade, neste início do século XXI, a enunciação televisiva é substancialmente diferente daquela que foi construída na segunda metade do século XX. Porque se alteraram os enunciadores, porque os enunciatórios descobriram novas formas de identidade, porque outros enunciados entraram dentro do pequeno ecrã. Tudo isto configura um novo discurso televisivo. No nosso caso, procuraremos analisar em que medida os programas de informação não-diária emitidos, em 1999 e em 2003, no segmento nocturno dos canais generalistas reflectem essas mudanças. A TV terá sido conquistada pelo “*interpretante-telespectador*” ou manterá ainda espaços de autonomia que lhe garantem um certo controlo em relação àquilo que mediatiza?

2 – A era pré-“Big Brother”: as fronteiras que a informação (ainda) consegue delimitar

É um espaço consagrado ao entretenimento o que as grelhas dos canais generalistas constroem no horário nobre de 1999. Mas nele, e nas diferentes estações, encontram-se tempos específicos para programas de informação, ainda que alguns façam emergir traços que os afastam do campo do jorna-

lismo, sem propriamente se converterem em emissões de diversão. Reunindo um “share” médio anual de 45.5%, neste ano é a SIC que condiciona a oferta televisiva do Panorama Audiovisual Português, nomeadamente da RTP1 onde se nota uma certa clonagem dos formatos propostos no canal de maior audiência, sem, com isso, conseguir resultados muito optimistas, na medida em que chega ao final do ano com um “share” médio de 27%. Esse mimetismo é menos visível ao nível dos programas de informação. Sem adoptar uma engenharia de programação de identificação com os canais concorrentes, a TVI apresenta, ao longo desse ano, bastantes estreias. Apesar de ser o canal que reuniu menos telespectadores, foi o único que registou uma subida em relação a 1998, reunindo 16.4% de “share” contra os 13.1% do ano anterior.

No que diz respeito à informação não-diária emitida na franja nocturna dos canais generalistas, encontramos em 1999 um número razoável de programas (cf. Quadro 1). Alguns deles mantêm-se há alguns anos em antena, registando uma longevidade assinalável. O mais antigo é “Casos de Polícia” que surgiu na SIC em 1993; “Domingo Desportivo” estreou, na RTP, em 1995; “Maria Elisa” e “Esta Semana” apareceram em 1996 na RTP e na SIC, respectivamente.

Quadro n.º 1: Informação não-diária do primeiro semestre de 1999

	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira	Sábado	Domingo
RTP			Rotações	Maria Elisa Grande Entrevista	Conversas de Mário Soares ⁶	Já que Falamos de Sexo ⁷	Domingo Desportivo
SIC		Casos de Polícia		Esta Semana	Donos da Bola		
TVI		Golo!	Quero Justiça	Em Legítima Defesa			

Integrados num segmento horário em que vingam conteúdos essencialmente vocacionados para o entretenimento, os apresentadores dos programas de informação emitidos em 1999 fazem questão de delimitar fronteiras. Maria Elisa, no período de lançamento do seu programa, apesar de reconhecer que ressaltará o lado “*emocional*” dos seus con-

vidados, refere-se a esse espaço como de “*análise*” dos temas em destaque⁸; Margarida Marante, apresentadora e coordenadora de “Esta Semana”, afirma ser “*uma defensora bastante séria da fronteira entre a informação e o entretenimento*”⁹; Conceição Lino, apresentadora e coordenadora de “Casos de Polícia”, assegura que há “*uma aborda-*

gem cuidadosa de modo a evitar o espetáculo gratuito”¹⁰; Vítor Bandarra, apresentador de “Quero Justiça”, recusa para si o papel de “advogado, Provedor de Justiça e Procurador”, assegurando ser “apenas um jornalista que trata de casos que merecem justiça”¹¹. É, na verdade, à classe jornalística que se entrega, em 1999, a apresentação da maior parte dos programas que se querem informativos. Quando se opta por outro perfil profissional, a escolha recai em apresentadores que têm um saber/experiência que se cruza com aquilo de que se fala, o que, de certa forma, retém as emissões no campo da informação. No primeiro semestre de 1999, há dois casos que ilustram esta situação: “Conversas de Mário Soares” (RTP) da responsabilidade do ex-Presidente da República e “Já que Falamos de Sexo” (RTP) conduzido pelo psiquiatra Allen Gomes¹². Ainda que vejamos em Mário Soares um entrevistador que faz entrar as suas vivências pessoais na formulação das perguntas, as suas conversas circunscrevem-se a factos do domínio público, não enveredando pela exploração da esfera privada dos seus entrevistados. Mesmo tratando temáticas que facilmente poderiam convocar a exposição da vida íntima das pessoas, o psiquiatra Allen Gomes, antes de ir para o ar a primeira emissão, assegurava que procuraria “tratar os temas com rigor e frontalidade”¹³.

O mimetismo que, em 1999, se nota ao nível dos conteúdos de entretenimento entre as grelhas da RTP e da SIC apenas tem transposição no que diz respeito à informação não-diária nas noites de quinta-feira. Aí, enquanto a SIC transmite “Esta Semana”, um programa que integra uma entrevista e um debate, a RTP1 alterna quinzenalmente esses géneros jornalísticos em “Maria Elisa” e “Grande Entrevista”. Estes dois últimos programas perdem alguma força em termos de audimetria não só porque se inserem num canal com um “share” global mais baixo, como também devido ao facto de terem uma emissão quinzenal, o que dispersa a atenção do público. Poder-se-á ainda encontrar uma certa concorrência noutra tipo de programação informativa não-diária: nos programas que debatem assuntos desportivos, nomeadamente o futebol. No entanto, neste domínio,

cada estação opta por colocar as respectivas emissões em dias diferentes. O que vem acontecendo desde 1993, altura em que “Grande Área” (RTP) ia para o ar ao domingo; “Prolongamento” (TVI), à segunda-feira; e “Donos da Bola”, sexta-feira. Seis anos depois mantém-se o mesmo modelo de programação. No primeiro semestre, temos “Domingo Desportivo” na RTP; “Donos da Bola” nos serões de sexta-feira da SIC; e “Golo” nas noites de terça-feira da TVI. No segundo semestre de 1999, há uma reformatação dessas emissões que aparecem, conseqüentemente, com outros nomes e surge também um novo programa de informação desportiva no canal público generalista. Ao “Domingo Desportivo”, juntam-se na TVI, a partir de 19 de Agosto, “A Bola é Nossa”; na SIC, a partir de 20 de Agosto, “Jogo Limpo”; na RTP1, a partir de 23 de Agosto, “Jogo Falado” que transita da RTP-2. Os três têm em comum a presença em estúdio de um painel de comentadores fixos que representam os três maiores clubes de futebol, uma fórmula que fez escola com “Donos da Bola”¹⁴.

Apesar de vários programas de informação não-diária integrarem a actualidade noticiosa nos temas que abordam, a maior parte deles amplia e reformata uma realidade nem sempre muito visível no trabalho diário dos jornalistas. A televisão assume, deste modo, uma função mais estruturante do que estruturada do espaço público contemporâneo. Incidindo a sua atenção na realidade quotidiana, as emissões de informação não-diária deram, em 1999, particular atenção à sociedade civil, representada por especialistas de diversos campos de saber ou pelo cidadão comum ouvido a propósito de experiências paradigmáticas. Esta última franja social est mais presente nos ecrãs da TV privada, encontrando aí diferentes representações, construídas segundo regras jornalísticas.

É o cidadão anónimo no papel de vítima ou de agressor que encontramos em grande parte das reportagens emitidas em “Casos de Polícia” (SIC). Por outro lado, este programa presta também atenção ao funcionamento irregular de certas instituições, nomeadamente daquelas a quem compete zelar pela ordem pública. Como frisa a respectiva coordenadora

e apresentadora, a jornalista Conceição Lino, abordam-se “*coisas que não deveriam acontecer num Estado de Direito*”¹⁵. Esta emissão reserva ainda espaço para três especialistas residentes que, em estúdio, procuram contextualizar os casos apresentados. Em 1996 – altura em que Conceição Lino substituiu Carlos Narciso – houve uma renovação desse painel que passa, então, a integrar o advogado João Nabais, o psiquiatra Carlos Amaral Dias e o padre José Luís Borge. Dispensando essa parte de contextualização, “Quero Justiça” (TVI) também privilegia a denúncia de casos de inoperância das instituições, ou seja, “*histórias de pessoas injustiçadas ou cujos problemas a justiça não consegue resolver a tempo e horas*”, como sublinha Vítor Bandarra¹⁶. Embora tenham traos diferenciadores (“Casos de Polícia” mais diversificado nos temas, mais variado no perfil das fontes e mais rigoroso no tratamento jornalístico dos factos), nestes dois programas emerge uma televisão que, ao colocar no espaço público um discurso denunciador de irregularidades sociais, redesenha uma ideia de sociedade com fortes desequilíbrios.

Nos debates promovidos em “Maria Elisa” e em “Esta Semana”, dá-se maior relevo a problemáticas sociais¹⁷. Maria Elisa garante que “*é nas políticas sociais que se faz hoje verdadeira política*”, acrescentando que “*as pessoas não estão muito interessadas nas políticas partidárias*”¹⁸. Também Margarida Marante optou por descentralizar os debates do campo político. Em 23 emissões que foram para o ar de Janeiro a Julho de 1999, discutiram-se na maior parte das vezes temas relacionados com o quotidiano. “*Em Portugal*” – afirma Margarida Marante – “*mudou tudo: mudou a política e mudou o nível do interesse dos espectadores pela política e eu inevitavelmente mudei ao mesmo ritmo*”¹⁹. No entanto, o campo político não esteve totalmente ausente da informação não-diária, apesar de não conseguir força suficiente para se sobrepor aos actores sociais que, em 1999, ocuparam mais espaço nos ecrãs de televisão. No primeiro semestre do ano, das 14 emissões de “Grande Entrevista” (RTP) apenas quatro tiveram políticos como convidados²⁰. Os restantes entrevistados

foram padres, historiadores, um médico, um dirigente desportivo, um futebolista, um economista e um alpinista. No mesmo período do ano, Margarida Marante, em 23 emissões de “Esta Semana”, preencheu apenas cinco vezes o espaço da entrevista com políticos²¹. Nos restantes programas, a jornalista falou com pessoas ligadas ao futebol, à saúde, à televisão e ao cinema²². O critério seguido para a escolha dos entrevistados foi quase sempre a actualidade, havendo aqui uma aproximação do jornalismo televisivo aos factos com maior projecção pública. Mais desprezado da noticiabilidade do momento, mas elegendo a política como fio condutor do seu programa, “Conversas de Mário Soares” (RTP) colocou no centro das suas emissões personalidades com relevo internacional no campo político. Para além de Presidentes da República e de primeiros-ministros de países estrangeiros, Mário Soares entrevistou o Secretário-Geral da ONU (5 de Março), o Secretário-Geral da UNESCO (12 de Março) e o ex-Secretário-Geral do PCE Santiago Carrillo (16 de Abril) que fechou a 1ª série deste programa, suspenso em Abril devido a Soares ser candidato ao Parlamento Europeu, mas retomado na grelha de Agosto.

Percorrendo os programas de informação emitidos em 1999, encontra-se uma forte atenção a temas sociais. Num ano marcado por duas eleições – para o Parlamento Europeu (13 de Junho) e Legislativas (10 de Outubro) – a engenharia de programação adoptada nos três canais desviou a oferta informativa não-diária da agenda política e mesmo nos formatos onde esse campo poderia ser facilmente introduzido – como o caso das entrevistas – os respectivos responsáveis optaram por outro perfil de convidados. São essencialmente assuntos do quotidiano que estruturam grande parte das emissões semanais. Para falar deles, os canais generalistas socorreram-se frequentemente do cidadão comum que, tornado visível no espaço público mediatizado, adquire uma outra importância na vida pública. Detendo-se em experiências pessoais, o convidado que emerge do anonimato tende a construir o seu discurso num registo mais emotivo do que racional, o que pode facilmente converter a emissão num espaço aberto ao “voyeurismo”

e, consequentemente, ao entretenimento. Tendo consciência deste eventual deslizamento de fronteiras, os apresentadores dos vários programas sublinham reiteradamente o cuidado que têm em circunscrever o seu trabalho à esfera do jornalismo. A presença de especialistas no “plateau” de certas emissões também ajudou a re-centrar as discussões em aspectos que se relacionavam com a “importância” ou “interesse público” dos temas. Extravassou desta lógica o “Especial TVI”²³ que ganhou visibilidade com uma reportagem sobre a estância brasileira de nudistas Colônia do Sol, um trabalho que obrigou o jornalista do canal português a também assumir essa prática. Este programa – feito em colaboração com o canal brasileiro SBT – apostou em reportagens sobre emissões televisivas que, no Brasil, tentavam, à custa da violação da dignidade/intimidade dos respectivos convidados²⁴, destronar as audiências da TV Globo.

3 – Quando o entretenimento conquista o horário nobre

Em 2003, a programação nocturna das estações generalistas, nomeadamente das privadas, apresenta uma oferta televisiva substancialmente diferente daquela que foi desenhada em 1999. Também houve algumas alterações ao nível da audimetria. Tendo reunido mais 2.7% de “share” do que no ano anterior, a RTP continua em terceiro lugar, com 22.4%, mas foi a única estação a apresentar uma subida em 2003²⁵. Tendo deixado de ser a televisão com mais telespectadores em 2001, a SIC, embora tenha perdido 1.2 pontos percentuais a nível global, consolidou este ano a lideran-

ça na audimetria. Se em 2002 a sua vantagem em relação à TVI foi apenas de 0.1 pontos percentuais (o que representou um empate técnico), este ano alarga essa distância para 1.8 pontos. No horário nobre, a SIC aumenta o “share” de 29.5% para 29.8%, conseguindo ultrapassar o quarto canal nos dois últimos meses do ano. No entanto, a TVI – que perde 2.4 pontos percentuais a nível global, ficando com um “share” médio de 28.6% – continua a registar o resultado mais alto em “prime-time”: 33.4%, ainda que tenha perdido 4.4% em relação a 2002.

No que diz respeito à informação não-diária emitida no primeiro semestre de 2003, contam-se apenas cinco programas estritamente jornalísticos: quatro estão integrados na grelha da RTP1, o outro pertence à SIC que o coloca sempre num segmento horário bastante tardio (depois da meia-noite). Enchendo o horário nobre com séries de humor, com telenovelas portuguesas e brasileiras e com formatos tipo “Big Brother”, as estações privadas não têm espaço para inserirem emissões informativas. Neste período, emerge, na franja horária nocturna (tardia) dos canais privados, um género de programas que se concentra em casos de denúncia de injustiças sociais. Não se trata, é certo, de uma temática inovadora, mas a forma encontrada para retratar essas situações – apresentadas prioritariamente pelo lado das vítimas que encontram no apresentador um opositor ou um coadjuvante de acusações a terceiros ausentes dos “plateaux” – retira esses formatos do campo da informação, situando-os na área do entretenimento que estrutura, desse modo, o período televisivo nocturno como um bloco homogéneo.

Quadro n.º 2: Informação não-diária do primeiro semestre de 2003

	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira	Sábado	Domingo
RTP	Prós e Contras	Fora de Jogo		Grande Repórter Grande Entrevista			
SIC			Hora Extra				
TVI							

Como se constata no Quadro nº 2, a RTP1 foi a estação generalista que somou mais programas de informação não-diária em período nocturno, quando comparada com os outros canais: emissões especiais de informação ditadas pela actualidade (que não constam deste quadro por não terem uma periodicidade fixa), um debate (“Prós e Contras”), um programa de desporto (“Fora de Jogo”), um programa de entrevista e outro de reportagem que se alternam 5ª feira (“Grande Entrevista” e “Grande Repórter”). Este último género viria a ser substituído, a partir de Novembro, por um outro debate, intitulado “Estado da Nação”. Correspondem estas emissões a um investimento acrescido na informação não-diária? Não, porque, antes de 2000, houve sempre um número considerável de programas no horário nobre do canal generalista público²⁶. Se a RTP1 se torna agora mais visível neste tipo de programação, tal acontece devido ao forte desinvestimento das estações privadas aí. Excepto “Estado da Nação” que aparece em Novembro de 2003, os restantes programas transitam da grelha do ano anterior. Ainda que sejam alvo de modificações pontuais, todos mantêm a mesma linha editorial, que se caracteriza por uma ligação estreita aos factos que fazem a actualidade noticiosa e por uma dependência vincada das fontes políticas. Mais do que promotora de novas configurações sociais, a RTP tende, em 2003, a reproduzir uma certa ideologia dominante, garantida pela presença em estúdio das chamadas fontes oficiais que nem sempre coincidem com aquelas que apresentam um grau de especialização naquilo de que se fala. Mais do que um espelho do espaço público contemporâneo, a RTP, na informação não-diária de horário nobre, inclinou-se por fazer reflectir dentro do pequeno ecrã uma certa ideia de espaço parlamentar, aberto a várias sensibilidades políticas, mas, tal como o hemiciclo português, demasiado concentrado no género masculino e espartilhado entre posições políticas do Governo e do maior partido da oposição. Esta tendência foi mais notória nos debates do que nas entrevistas. No entanto, esses espaços, apresentados sempre por jornalistas, delimitavam uma linha clara entre aquilo que lhes era intrínseco (a informação) e a oferta televisiva de entretenimento que lhes estava contígua.

Não contando com a concorrência horária de um formato do mesmo género, “Hora Extra”, que estreara em Janeiro de 2002, continua em antena na primeira metade de 2003, sem, no entanto, conseguir uma grande valorização na grelha da SIC. Atirado para um horário tardio, este programa, o único de informação não-diária em segmento nocturno das estações privadas, percorre o primeiro semestre do ano mostrando semanalmente diferentes realidades de campos sociais diversos, através de uma reportagem alargada seguida de um debate em estúdio que junta à volta de uma mesa interlocutores que dão testemunho de vivências pessoais ou que são especialistas nos assuntos em destaque. Não é com pessoas de grande projecção pública que se faz “Hora Extra”, mas, acima de tudo, com situações que ilustram realidades nem sempre muito visíveis. Não naquilo que usualmente constitui notícia que este programa encontra o mote para os seus temas. Ultrapassando agendas mediáticas e fontes institucionais, as emissões da jornalista Conceição Lino centram-se nas margens do espaço público, fazendo daí emergir casos que, descobrir-se-á depois, são vividos por milhares de pessoas. Casos que afectam públicos segmentados, que se estendem a classes com diferentes estatutos, que se circunscrevem ao nosso país ou que ultrapassam as fronteiras nacionais, que retratam situações de difícil resolução ou que reflectem exemplos de sucesso. Olhando para o Quadro n.º 2, será este o programa que deveremos ver como estruturante de um verdadeiro espaço público televisivo: é diversificado nos temas, variado nos convidados e nele inserem-se dois géneros jornalísticos – a reportagem e a entrevista – que nos fornecem duas abordagens dinâmicas do assunto em destaque. No entanto, num tempo em que a oferta televisiva é homogeneizada pelo entretenimento, este formato não consegue força suficiente para percorrer todo o ano de 2003. Interrompido em Junho para férias, “Hora Extra” já não regressou na temporada de Outono. No seu lugar, apareceram “Grande Reportagem” e “País Real” que se alternam semanalmente no mesmo horário, mas que desaparecem da grelha antes do ano terminar, sendo inseridos, com algumas alterações, no “Jornal da Noite” do fim-de-semana.

É em emissões que se centram em pessoas a quem se reconhece o estatuto de vítimas, em relação às quais a televisão pretende assumir uma função reparadora de injustiças sociais que encontramos as principais novidades da SIC para o horário nocturno do início de 2003. Em Janeiro, aparecem o “Bombástico” (dia 10), “Escândalos e Boatos” (dia 21) e “O Crime não Compensa”²⁷ (dia 28), programas feitos por produtoras externas que levavam semanalmente a estúdio pessoas que, ouvidas no estatuto de vítimas, expunham casos pessoais, apontando abertamente aqueles que julgavam serem os culpados por situações que, a maior parte das vezes, diziam respeito a um espaço privado intrínseco ao actor do relato ou pertencente a terceiros. Não se trata aqui de uma oportunidade para “pensar” casos de injustiça social, mas procura-se, sobretudo, ressaltar o “sentir” daqueles que falam e daqueles que assistem a esse “espectáculo da palavra”, exposta com dramatismo. Apesar de não ter uma longevidade assinalável, este género de programação, enquanto se manteve em antena, suscitou uma acesa polémica, nomeadamente o “Bombástico” que encontrou na classe dos juízes uma severa oposição quanto à forma como era conduzido o programa. Estas emissões, apresentadas por profissionais da televisão sem carteira de jornalista, não poderão naturalmente integrar-se naquilo que se entende por informação televisiva: não seguem critérios jornalísticos, violam sistematicamente o princípio do contraditório e ultrapassam com bastante frequência princípios éticos, nomeadamente quando incitam os convidados a falarem de experiências íntimas, acusando terceiros que estão ausentes dos “plateaux”. No entanto, foram estes formatos que a SIC pôs no remate do horário nobre, subtraindo com eles o espaço para outro tipo de realidade: aquela que o jornalismo constrói com regras específicas.

Em 2003, a TVI coloca igualmente em horário nocturno dois programas que operam nesta linha de uma denúncia social que desvaloriza a parte visada. “Vidas Reais” (que estreara a 16 de Setembro de 2002 e que a 10 de Janeiro de 2003 passa para os serões de sexta-feira e de sábado com uma emissão em directo) e “Eu Confesso” (que surge a 25 de Janeiro de 2003) trazem para o

“plateau” convidados que revelam comportamentos pessoais reprováveis, confrontando-se em estúdio com os visados pelas acções relatadas. Todavia, não são estes últimos que se destacam, mas aqueles que, através de uma palavra fortemente perturbadora e pronunciada de forma veemente, expõem em público episódios sobre os quais recai uma punição judicial ou moral. “Eu Confesso” surge para dar visibilidade a autores de crimes graves que, em estúdio, são confrontados com aqueles que agrediram ou com os respectivos familiares. A compreensão daquilo que se retrata é construída com base nos sentimentos que agressores e vítimas constroem em público. Porque são as emoções que importam em primeiro lugar, a produção do programa secunda esses actores por um painel constituído por especialistas ligados à psicologia que, no entanto, ocupam um lugar bastante secundário. Por seu lado, “Vidas Reais” constrói-se através de depoimentos de convidados que falam essencialmente de vivências privadas que se cruzam com a intimidade de terceiros que, em estúdio, são (ou aparentam estar) surpreendidos pelos relatos que ouvem. Frequentemente os testemunhos são expostos por pessoas que representam outras que preferem no aparecer em público. É, sobretudo, o insólito, o estranho e o escândalo que essas narrações criam, sem que os respectivos autores manifestem grande dificuldade em verbalizar comportamentos que emergem não só da sua vida privada (ou daqueles que representam) como também se estendem à intimidade de terceiros. Em “Vidas Reais”, reserva-se um espaço para o público que é incitado a reagir efusivamente aos testemunhos do “plateau”.

4 – Notas Finais

É para uma “zona de bastidores” que remetem as novidades da programação da SIC e da TVI em 2003. Violando o espaço íntimo dos convidados, os novos programas de que falamos no ponto anterior colocam em cena pessoas que representam um papel que lhes está previamente configurado: o de vítimas. Essa visualização da “*extimidade*”, ou seja, “*o movimento que leva cada um a exteriorizar uma parte da vida íntima, física e psíquica*”²⁸, poderia ser uma oportunidade para

multiplicar espelhos numa tentativa de se conseguir perceber melhor a respectiva identidade. Não é exactamente isso que se passa nesses programas. Sabendo que encontram no apresentador da emissão um coadjuvante ou um opositor à aquilo que expõem, os convidados sentem-se na obrigação de representar um papel. Não é para a verdade que os depoimentos se orientam, mas para uma autenticidade que se pretende que comova aqueles que assistem a isso: apresentador, público no estúdio e, sobretudo, as audiências. Tal como acontece com as “novelas da vida real”. Entre todos estes programas, não há muitas diferenças. Em 2003, a TVI avança com a quarta edição de “Big Brother”, mais arrojada do que as anteriores, cujo slogan é a garantia de que os concorrentes “vão pôr tudo a nu”. Numa resposta à TVI, a SIC estreia a 5 de Setembro um formato da “Fremantle Media” chamado “Ídolos”, um programa bastante semelhante à “Operação Triunfo” da RTP1. Numa entrevista à “TV 7 Dias” (nº 863, de Outubro de 2003), o director de Programas da SIC, Manuel da Fonseca, refere as razões inerentes à escolha deste tipo de conteúdos: *“Os ‘Ídolos’ permitem-nos estabelecer uma relação directa com os espectadores. É uma porta aberta à opinião e ao voto, o que, no final, fará com que alguns milhões de espectadores sintam que foram eles a fazer o programa. É essa a aposta: fazer uma estação de mãos dadas com o telespectador”*. Eis aqui o exemplo da terceira fase da televisão de que fala Eliseo Veron. Se das audiências se espera uma participação que complete a produção de determinado programa, torna-se obrigatório construir permanentes elos de ligação com os diversos públicos, o que será facilitado se os conteúdos se desenvolverem num registo que promova a afectividade. É também isso que se pretende em programas como o “Bombástico” e “Vidas Reais”, apesar de isso ser aí mais ilusório do que real.

Será, então, que atingimos a terceira fase da televisão? Ao nível do entretenimento, a oferta televisiva dos canais privados da era “pós-Big Brother” sela as previsões de Eliseo Veron e de François Jost. Na programação emitida em horário nobre, evidenciam-se sinais que atestam modificações profundas. Por que será que os canais privados expulsaram a informação semanal do segmento

nocturno que se segue aos noticiários diários? Porque há outros conteúdos mais do interesse do público? Porque (ainda) não se descobriram meios que introduzam o espectador nessas emissões? Porque a realidade encontrou formas mais espectaculares de mediação?

Em 2003, SIC e TVI criaram novos formatos para retratar a realidade. Com um novo perfil de convidados, com uma atitude participante do apresentador e com um público em estúdio mais activo. No caso da SIC, as estreias que surgiram não perduraram por muito tempo. Na TVI, “Vidas Reais” e “Eu Confesso” tiveram uma longevidade maior, sem, no entanto, conseguirem força suficiente para vingarem em horário nobre. Em qualquer dos casos, ficou por cumprir aquilo que estrutura a terceira fase de que nos fala Eliseo Veron: o centralismo do telespectador no desenvolvimento dessas emissões. Todavia, acompanhando o discurso dos responsáveis pelas estações privadas, essa aproximação às audiências é uma preocupação constante. Ao comemorar a 20 de Fevereiro de 2003 os dez anos da TVI, o respectivo director-geral, em entrevista á Lusa citada pelo “Público, apresenta a sua televisão como “*próxima do cidadão*”, com programas que “*vão ao encontro dos gostos dos espectadores*” e com “*uma informação desengravatada*”. Numa conferência sobre “*Cultura e Comunicação*” realizada no Porto a 7 de Outubro de 2003, o presidente do Conselho de Administração da SIC, Francisco Pinto Balsemão, defendia que “*os programas têm de agradar ao maior número de pessoas e não têm necessariamente de ser enriquecedores, têm de divertir, entreter e libertar*”²⁹. Na base de tudo isto, estará aquilo que o director de programação da SIC, em entrevista à “TV Guia” (nº 1251, Janeiro de 2003), considerava “*a melhor definição da televisão privada*”: “*um negócio que tem como único cliente os anunciantes a quem vende o número da audiência alcançada*”, concluindo, assim, que “*servir o público é inevitável*”. No caso das televisões privadas, o passado recente demonstra que a fórmula de sucesso se concentra em conteúdos de entretenimento, onde é mais fácil levar a audiência a (acreditar que pode) determinar o desenvolvimento das emissões. Neste

contexto, o jornalismo não terá espaço para se desenvolver.

Ainda que na oferta televisiva do canal público generalista se encontrem programas com alguns traços do dispositivo das “novelas da vida real”, a informação da RTP1 tem persistido em delimitar fronteiras entre o seu campo e o do entretenimento. Produzidos e apresentados por jornalistas, os

programas de informação não-diária do operador público, apesar de, em 2003, terem estado excessivamente concentrados nos mesmos convidados (quase sempre homens) e dependentes de uma agenda política, preservaram espaços que tornam (ainda) possível falar de um campo de informação televisiva.

Bibliografia

Casetti, Francesco; **Odin**, Roger, “De la paléo à la néotélévision. Approche sémiopragmatique”, *Rev. Communications*, nº 51, Paris: Le Seuil, 1990.

Cavicchioli, Sandra **Pezzini**, Isabella, *La TV verità. Da finestra sul mondo a panopticon*. Torino: Nuova Eri, 1993.

Eco, Umberto, *Viagens Na Irrealidade Quotidiana*. Difel, 1993.

Jost, François, *La Télévision du Quotidien: entre réalité et fiction*. Bruxelles: Ed. De Boeck Université, 2001.

Jost, François, *L'Empire du Loft*. Ed. La Dispute, 2002.

Lopes, Felisbela, “O Panorama Audiovisual Português: o passado recente e o futuro próximo”. Comunicação apresentada na sessão “*Indústrias Audiovisuais*” do 4º Encontro Lusófono de Ciências da Comunicação, sob o tema “*Comunicação Intercultural: 500 anos de mestiagem*”, São Vicente, 19-22 de Abril de 2000.

Lopes, Felisbela. “As políticas, as estratégias e as táticas do *prime-time* do PAP”. Comunicação apresentada no I Congresso Ibérico de Comunicação, Málaga, Espanha, 7-9 de Maio de 2001.

Pinto, Manuel (dir), *A Comunicação em Portugal: 1995-1999 – cronologia e leitura de tendências*. Coleção *Comunicação e Sociedade*, Universidade do Minho, 2000.

Pozzato, Maria Pia, *Lo spettatore senza qualità. Competenze e modelli di pubblico rappresentati in TV*. Torino: Nuova Eri, 1995.

Tisseron, Serge, *L'intimité surexposée*. Ed. Ramsay, 2002.

Veron, Eliseo, “Les publics entre production et réception : problèmes pour une théorie de la reconnaissance”. Conferências da Arrábida, 27 a 31 de Agosto de 2001 (texto policopiado).

Jornais e revistas

“Expresso”: 15 de Novembro de 1997.

“Público”: 20 de Fevereiro de 2003; 3 de Janeiro de 2004; 9 de Outubro de 2003.

“TV Guia”: 5 de Outubro de 1996; 29 de Novembro de 1997; 31 de Julho de 1999.

“TV Mais”: 22 de Maio de 1998; 7 de Agosto de 1998; 19 de Fevereiro de 1999; 26 de Fevereiro de 1999; 8 de Outubro de 1999.

¹ Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho.

² Francesco Casetti e Roger Odin retomam a designação de “*neotelevisão*”, preparando, a partir desse conceito, um número da revista *Communications* sobre as mutações da televisão que é publicado em 1990.

³ François Jost, *La Télévision du Quotidien*, Bruxelles, Ed. De Boeck Université, 2001, p.74.

⁴ François Jost, *L'Empire du Loft*. Ed. La Dispute, 2002, p.70.

⁵ Serge Tisseron, *L'Intimité Surexposée*. Ed. Ramsay, 2001, p.76.

⁶ Este programa, apresentado pelo ex-Presidente da República Mário Soares, não segue propriamente os critérios jornalísticos de uma entrevista, mas também não se configura como um espaço de entretenimento.

⁷ Este programa é apresentado por psiquiatra e partilha as limitações assinaladas na nota anterior.

⁸ “TV Guia”, 5 de Outubro de 1996.

⁹ “Expresso”, 15 de Novembro de 1997.

¹⁰ “TV Guia”, 29 de Novembro de 1997.

¹¹ “TV Mais”, 19 de Fevereiro de 1999.

¹² “Já que Falamos de Sexo” estreou a 6 de Março de 1999 e marcou o regresso de um género de programação que a RTP já experimentara em 1993 com “Sexualidades”, apresentado por outro psiquiatra, Júlio Machado Vaz.

¹³ “TV Mais”, 26 de Fevereiro de 1999.

¹⁴ “A Bola é Nossa” da TVI tinha como painel fixo os seguintes comentadores: o jornalista António Tavares Telles pelo Futebol Clube do Porto, o actor Henrique Viana pelo Benfica e o fadista João Braga pelo Sporting. “Jogo Limpo” escolheu para comentadores residentes o advogado Lourenço Monteiro a representar o FCP, o médico Alfredo Barroso como voz do Sporting e Cinha Jardim como representante do Benfica. “Jogo Falado” da RTP compunha o seu painel com Pôncio Monteiro pelo FCP, Fernando Seara pelo Benfica e Santana Lopes pelo Sporting.

¹⁵ “TV Mais”, 22 de Maio de 1998.

¹⁶ “TV Mais”, 19 de Fevereiro de 1999.

¹⁷ Em 14 programas, a jornalista abordou temas ligados ao “*modus vivendi*” de determinadas faixas etárias ou categorias de pessoas (6 emissões), saúde (4 emissões), aos problemas afectivos (3 emissões) e à situação económica dos portugueses (uma emissão).

¹⁸ “TV Guia”, 31 de Julho de 1999.

¹⁹ “TV Mais”, 8 de Outubro de 1999.

²⁰ Judite de Sousa entrevistou os seguintes políticos: Maria de Belém, ministra da Sade (14 de Janeiro), Durão Barroso, ex-ministro dos Negócios Estrangeiros (11 de Fevereiro), Manuel Dias Loureiro, ex-ministro da Administração

Interna (8 de Abril); e Álvaro Cunhal, ex-Secretário-Geral do PCP (6 de Maio).

²¹ Margarida Marante teve como políticos os seguintes convidados: o primeiro-ministro António Guterres (14 de Janeiro), o ministro António Vitorino (4 de Fevereiro), o ex-Presidente da República Mário Soares (11 de Fevereiro), o presidente do PSD Marcelo Rebelo de Sousa (25 de Fevereiro), e Durão Barroso (6 de Maio).

²² Em várias emissões, o espaço dedicado à entrevista foi substituído pela reportagem.

²³ Este programa foi criado para a emissão de uma reportagem sobre a operação de dois gémeos siameses moçambicanos. Como as audiências responderam positivamente, decidiu-se pela sua continuidade.

²⁴ A 6/7, fala-se do *Programa do Ratinho* – emitido pelo SBT e apresentado por Carlos Massa (conhecido pelo nome de Ratinho) –, uma emissão que explora o lado mais execrável do quotidiano de certos grupos sociais e que conseguiu quebrar o monopólio de audiências da TV Globo. A 3/8, foi a vez de *A Tiazinha* um verdadeiro fenómeno de erotismo da Rede Bandeirantes – reacender as expectativas. A 24/8, destaca-se a apresentadora do “Programa H”, da Rede Bandeirantes, que até poderia ser um vulgar espaço de música e passatempos, se não tivesse a atrac-

ção de Joana Prado, conhecida por “feiticeira”, contratada para levar à loucura os concorrentes homens (Lopes, 2000).

²⁵ Os dados aqui apresentados são da Marktest e foram publicados na edição de 3 de Janeiro de 2004 do jornal “Público”.

²⁶ Recuando, por exemplo, uma década, a 1993 (primeiro ano de coabitação da RTP com a SIC e com a TVI), encontramos na grelha de primavera do Canal 1 dois debates que alternam quinzenalmente nos serões de 3ª feira (“Marcha do Tempo” e “De Caras”), um “talk-show” (“Conversa Afiada”) e um programa de desporto (“Grande Área”). Na grelha de Outono, mantém-se o “De Caras”, aparece um programa de entrevistas (“Maria Elisa”) e surgem dois “talk-shows” que se alternam 5ª feira (“Você Excepcional” e “Raios e Coriscos”).

²⁷ “Escândalos e Boatos” e “O Crime Não Compensa” alternavam-se quinzenalmente no mesmo horário, ambos era produzidos por Ediberto Lima, o mesmo produtor do “reality show “O Bar da TV”, e faziam parte de um projecto que se intitulava “Tera em Grande”.

²⁸ Serge Tisseron, *L’Intimité Surexposée*. Ed. Ramsay, 2001, p.52-3.

²⁹ “Público”, 9 de Outubro de 2003.